

Propostas para revisão de gastos podem incluir a retomada da DRU

Contas públicas Ideia faz parte do cardápio de propostas em estudo para buscar déficit zero em 2025 e realizar ajuste no Orçamento pelo lado das despesas

Volta da DRU vira alternativa para aliviar questão fiscal

Lu Aiko Otta e Marta Watanabe
De Brasília e São Paulo

Na revisão "ampla, geral e irrestrita" que pretende fazer dos gastos federais, a área econômica analisa um instrumento antigo, a Desvinculação das Receitas da União (DRU), como forma de aliviar a pressão do crescimento das despesas obrigatórias sobre o Orçamento, apurou o Valor.

Criada em 1994 com o nome "Fundo Social de Emergência", a DRU permitia ao Executivo realocar em outras áreas até 20% das receitas "carimbadas" para saúde, educação e Previdência.

A DRU vigora até o fim deste ano, graças à PEC da Transição. Porém, está muito distante de sua versão original, que serviu para flexibilizar o Orçamento por mais de uma década. Com o tempo, o mecanismo foi desidratado e hoje não incide mais sobre as receitas vinculadas para Previdência e educação, por exemplo.

Agora, a ideia de algo como a antiga DRU retorna à mesa como parte do amplo cardápio de propostas em estudo pelos técnicos da área econômica, com o intuito de buscar o déficit zero em 2025 e promover ajuste estrutural no Orçamento pelo lado das despesas. A linha prioritária desses debates tem sido a "modernização" das

vinculações — e não um corte linear delas, como estabelece a DRU. No entanto, os técnicos querem manter todas as propostas sobre a mesa, para que passem pelo filtro político. O debate deverá se estender pelas próximas semanas, até o fechamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, no dia 31 de agosto.

Uma primeira discussão sobre a necessidade de atuar pelo lado das despesas reuniu ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, do Planejamento, Simone Tebet, da Casa Civil, Rui Costa, e da Gestão, Esther Dweck — os integrantes da Junta de Execução Orçamentária (JEO).

"Eu senti um presidente bastante mais senhor dos números", disse Haddad, após o encontro. "Abriu um espaço importante de discussão." No momento em que a equipe econômica discute redução de despesas, Tebet disse que os ministros vão apresentar "soluções" ao presidente em uma próxima reunião, sem especificar quais.

Também foi discutida a importância da revisão de cadastros de programas sociais, pois a eliminação de irregularidades é uma forma de abrir espaço no Orçamento. O ministro ressaltou ainda as conclusões do relatório do Tribunal de Contas da União (TCU)

apresentado na semana passada. O documento registra que não houve aumento da carga tributária em 2023. Por outro lado, as renúncias de receita seguiram em patamar elevado: R\$ 519 bilhões. "O aumento do déficit da Presidência está relacionado ao aumento das renúncias do gasto tributário", afirmou Tebet. O presidente, disse ela, teria ficado "extremamente mal impressionado" com o aumento dos subsídios da União, que totalizam quase 6% do Produto Interno Brasileiro (PIB).

"A situação atual é a crônica de uma morte anunciada", afirmou o diretor-executivo da Insituição Fiscal Independente (IFI), Marcus Pestana. Segundo ele, o Orçamento caminha para um "encontro com o estrangulamento pleno" e o "shutdown" (desligamento da máquina pública por falta de recursos), após o governo retomar as regras antigas dos pisos de gastos com saúde e educação e a política de valorização do salário mínimo.

" Situação atual é a crônica de uma morte anunciada" Marcus Pestana



Fernando Haddad, ao lado de Simone Tebet: "Eu senti um presidente bastante mais senhor dos números"

No entanto, Pestana considera que a DRU é "uma ideia fora de seu tempo" e teria apenas efeito de "tapar o sol com a peneira". Mais coerentes com o arcabouço fiscal são as medidas que têm sido indicadas por Haddad e pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, no sentido de atacar as vinculações.

Bráulio Borges, economista da ICA Consultores e pesquisador do FGV Ibre, defende uma "DRU turbinada", com ampliação de escopo e poderiam ter algum alívio via mudança na DRU, diz, estão o mínimo constitucional com saúde, com educação e o Fundeb. Há também, diz, o Fundo Constitucional do Distrito Federal, além das emendas

parlamentares. "Obviamente que politicamente será difícil mexer nas emendas parlamentares e no Fundo Constitucional do Distrito Federal. Então restam basicamente os mínimos de saúde, educação e talvez o Fundeb", aponta.

A discussão da DRU, diz, também pode ser aplicada ao chamado óleo-lucro, a receita da União resultante da exploração de petróleo sob o regime de partilha, no pré-sal, que se tornou o percentual da desvinculação de uma receita, estima, que deve chegar a quase 1% do PIB ao fim da década. "Seria interessante desvincular o óleo lucro em uma nova DRU, pra criar mais flexibilidade, não só do ponto de vista da gestão da despesa, mas também para melhorar o superávit primário."

É importante destacar, diz Borges, que, com exceção do óleo-lucro, as demais medidas relaciona-

das a gastos vinculados ajudam a evitar uma compressão cada maior das despesas discricionárias até 2026 e 2027, num quadro que traz risco de "shutdown".

"São medidas que criam maior flexibilidade dentro do Orçamento e dão sobriedade ao arcabouço fiscal, que não é uma regra perfeita, mas bem ou mal dá algum horizonte de previsibilidade para a despesa. Sozinhos, porém, não geram o superávit primário que é necessário. Para termos realmente uma contribuição da despesa para a melhoria do resultado primário, seria preciso mudar os parâmetros do arcabouço fiscal. A despesa não poderia mais crescer 2,5% reais ao ano ou a 70% da receita. É preciso um limite mais baixo, talvez de 1,5% ou 2% para o crescimento das despesas." (Colaboraram Renan Truffa, Guilherme Pimenta e Gabriela Pereira, de Brasília)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Página:** 6